

BOLETIM INFORMATIVO 2



Pescadoras e Pescadores Artesanais do Cãnion São Francisco



NOVA CARTOGRAFIA DOS
POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS DO BRASIL
PROJETO QUILOMBOS

**NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DE POVOS E CO-
MUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL – PRO-
JETO QUILOMBOS**

**SÉRIE: COMUNIDADES TRADICIONAIS DE PES-
CADORES E PESCADORAS ARTESANAIS**

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO QUILOMBOS
Franklin Plassmann de Carvalho, Juracy Marques e
Vânia Fialho

COORDENAÇÃO DA PESQUISA LOCAL
Alzení de Freitas Tomáz e Juracy Marques.

Este Boletim integra o Projeto Quilombos e as ações do Projeto da Nova Cartografia Social do Brasil, coordenada pelo Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Integra também o produto fruto do trabalho do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP Bahia/Sergipe.

EQUIPE DE PESQUISA
Alzení de Freitas Tomáz, Ana Paula Silva de Arruda, André Luís Oliveira Pereira de Souza, Joaquim Alves Novaes, Juracy Marques, Maria de Fátima Santos de Lima, José Ignácio Vega Fernández, Nilma Carvalho Pereira, Pâmela Peregrino da Cruz, Paulo Wataru Morimitsu, Quitéria Gomes Pereira, Robson Marques dos Santos, Sílvia Janayna de Oliveira Veriato, Suana Medeiros Silva.

PARTICIPANTES DAS OFICINAS
Adauto Inácio de França Joaquim Pereira; Ademir Ramos de Melo; Aderval da Silva Viana; Ana Elizabete dos Santos Araújo (Betinha); Antônia Maria da Conceição; Gilvan Marques de Santana; Ivanilda Cândido da Silva; João Batista Gonçalves de Souza; Joelma dos Santos; José Adailton; José Alberto Pereira; José Antônio da Silva; José Barbosa Filho; Luciana da Silva; Maria do Socorro; Maria Ferreira da Silva; Modesto Pereira da Silva; Pedro Barbosa da Silva; Senivânia Ferreira da Silva; Stelio Pereira dos Santos.

IMAGENS
Arquivo da Nova Cartografia Social do Brasil/Núcleo São Francisco; Conselho Pastoral dos Pescadores/ CPP; Colônia dos Pescadores e Pescadoras de Olho D'Água do Casado Z44; Alzení Tomáz.

IMAGEM DA CAPA
André Leandro

EDIÇÃO DO MAPA
André Luís Oliveira Pereira de Souza, Alzení de Freitas Tomáz e Quitéria Gomes

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO
Ana Paula Silva de Arruda

ISBN IMPRESSO: 978-65-5732-025-9
ISBN DIGITAL: 978-65-5732-024-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boletim informativo 2 [livro eletrônico] : pescadores e pescadores artesanais do cânion São Francisco. -- 1. ed. -- Paulo Afonso, BA : Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH, 2020. -- (Comunidades Tradicionais de Pescadores e Pescadoras Artesanais ; 1)

ISBN: 978-65-5732-024-2

1. Conservação da natureza 2. Ecologia 3. Meio ambiente 4. Pescadores 5. São Francisco (Rio) I. Série.

20-51755

CDD-918.151

Índices para catálogo sistemático:
1. São Francisco : Rio : Descrição 918.151
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Introdução

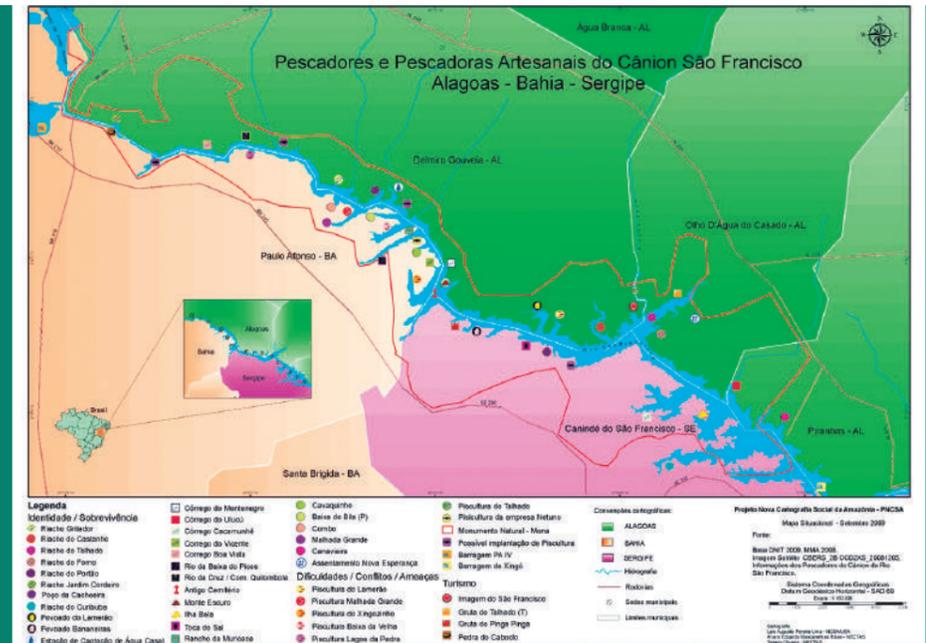


Figura 1: Mapa da Nova Cartografia Social construída em 2008 pelos pescadores e pescadoras artesanais do Cânion São Francisco (Arquivo PNCS, 2008).

Quando em 2008 a Nova Cartografia Social do Brasil publicou o fascículo da Nova Cartografia dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da região do Cânion São Francisco, grandes problemas ameaçavam a existência das famílias, como a perda do território pesqueiro em face ao avanço das pisciculturas intensivas em tanque rede e do turismo desordenado. Fluxo intenso de catamarãs circulando, pesca

predatória, diminuição do pescado em face aos barramentos hidrelétricos, poluição intensa com manchas escuras de eutrofização aquática; estes foram alguns dos problemas mais apontados. Mas, o que mais vinha a impactar era a falta de visibilidade dos pescadores artesanais, sobretudo em áreas de domínio da Chesf, sendo assim ainda mais restritos em suas atividades pesqueiras.

O fascículo das comunidades pesqueiras teve o propósito de dar visibilidade a presença da pesca artesanal na região do Cãnion, uma vez que o governo pretendia criar uma unidade de conservação integral, onde a categoria ambiental de Parque, proposta inicial, levaria ao deslocamento de inúmeras famílias, a exemplo do deslocamento de cidades, comunidades, povoados retirados compulsoriamente com a construção dos barramentos hidrelétricos no São Francisco.

A região não suportaria mais deslocamentos, o que levou agentes do Ministério do meio ambiente e do Ministério Público, apresentar proposta de criação do MONA, categoria menos restritivas que possivelmente, consideraria atividades como a criação de pequenos animais e a pesca artesanal. Neste período, os pescadores artesanais realizaram inúmeras mobilizações sociais com audiências públicas junto ao Ministério Público, entre outras ações de natureza organizativa.

A construção do fascículo da nova cartografia social junto aos pescadores e pescadoras artesanais, foi um importante instrumento que deu visibilidade a pelo menos de 1200 famílias pesqueiras presentes nesta região. Inúmeros debates avaliaram os impactos que as populações locais teriam com a criação do MONA.



Figuras 2 a 4: Oficina de Cartografia e Geoprocessamento com Pescadores e Pescadoras do Cãnion (Arquivo PNCS); e Pescadores Artesanais de Olho D'Água do Casado/AL (Arquivo CPP).



1. A Criação do MONA

Em 05 de junho 2009 foi decretado a criação do MONA – Monumento Natural do Rio São Francisco, localizado nos Municípios de Piranhas, Olho D'água do Casado e Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas; Paulo Afonso, no estado da Bahia e; Canindé de São Francisco, no estado de Sergipe.

O Decreto, admitiu atividades de pequenas minerações em áreas de amortecimento. Ficou permitida a pesca artesanal e agropecuária de baixo impacto, em áreas já utilizadas para este fim antes da criação do Monumento Natural do Rio São Francisco, desde que de forma sustentável e compatível com os objetivos da unidade de conservação, conforme regras estabelecidas em seu plano de manejo. Também admitiu-se a liberdade de navegação, respeitadas as disposições do plano de manejo e dependendo de prévia anuência da autoridade naval competente. Todos esses assuntos foram estabelecidos quando da criação do MONA, disposto no Decreto de criação.

Percebeu-se que não apenas os pescadores artesanais faziam mobilizações de auto reconhecimento, mas também outras categorias com ações de cunho predatório, como o caso das mineradoras, que embora pequenas, trazem inúmeros prejuízos a região em face da quantidade de pinturas rupestres espalhadas na paisagem, expondo um arcabouço de materiais arqueológicos fragilizados e já detonados com as quebras de pedras e extração de minerais.

Isto colocou em questão a verdadeira intenção da criação do MONA, o colocando não como um instrumento de preservação ambiental, mas como um passivo da Chesf. A mesma, que tinha a obrigação de criar, no entanto, não se importava com as gentes desse lugar, uma vez que é ela a responsável por tantas remoções de cidades, povoados e pessoas, em consequência da construção das hidrelétricas.

Foi uma surpresa para nós, ver que não apenas os pescadores e agricultores foram considerados na criação do decreto, mas, veio abrir brechas para ações como mineradoras que já tem papel predatória na região, veio a incluir as pisciculturas que vem gerando inúmeras prejuízos à biota do rio, entre outras ações que não ajudam a preservar o ambiente

Antônio, pescador

Com a beleza cênica, como principal pretexto de preservação e ação intensiva do turismo, ao mesmo tempo que inspira paixão e entretenimentos, o MONA abarcou equivocadamente as mineradoras que embora pequenas, possuem tratativas devastadoras.

Como já mencionamos, estamos em um dos maiores complexos de pinturas rupestres do São Francisco, já drasticamente depredados.

Por outro lado, o MONA deve ao mesmo tempo considerar a sua população nativa, em especial os Povos e as Comunidades Tradicionais que sempre existiram ali, antes e depois da instituição do MONA. Estes grupos, sobretudo as comunidades tradicionais da pesca artesanal, além de possuírem a legitimidade no uso do território pesqueiro, possuem ocupação territorial tradicional e conhecimentos tradicionais importantes no ecoturismo, na preservação da natureza e seus ecossistemas, assim como na gestão socioambiental do MONA.



Figura 5: Paisagem dos Cãnion (André Leandro).



2. O Conselho Consultivo



Figura 6: Presença dos Pescadores Artesanais no Conselho Consultivo do MONA completando 10 anos. (Arquivo CPP)

Passados anos desde a criação do MONA, o Ministério Público da Bahia, por meio de procedimento de recomendação, exigiu tomada de providências por parte do ICMBio para instauração do Conselho Consultivo. Assim, em maio de 2015 foi instaurado o Conselho, embora, até o momento, o Plano de Manejo não tenha sido devidamente elaborado, o Conselho conta com representação de várias instituições públicas e privadas, além de representação de comunidades como a de pescadores artesanais através de suas Colônias e do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP.

Apesar de termos representação no Conselho, nós somos minoria. O foco principal é discutir o turismo extensivo em detrimento de outras atividades como a pesca e a pequena agricultura. Essas são muitas vezes criminalizados e considerados inimigos do MONA. É muito trabalho pra fazer entender que pescador é artesanal e tradicional.

Quitéria, educadora popular do CPP

Quando se cria uma área de proteção para preservar, a gente fica contente, mas quando cria uma área de proteção para interesse financeiro de uns poucos, aí a gente desconfia.

Afonso, pescador

Eles, queriam tirar os pescadores daqui. Eu escutei gente do governo e da área de turismo dizendo que tinha que tirar pescador, porque turista gosta de ver coisas bonitas. Eu disse: mas turista também gosta de ver coisa tradicional e nós somos tradicionais.

Afonso, pescador

Os impactos de antes da criação do MONA era de descaso. Nós éramos invisíveis, se não tivéssemos feito essa cartografia ninguém acreditava que tinha tanto pescador nessas águas. Eles [governo] diziam nas audiências que só tinha três grandes donos de terra aqui. É verdade que aqui tem uns latifundiários que tem o poder sobre as terras. Mas, eles não enxergavam o povo pobre que viviam mesmo dessas águas. “Você acredita que eles enxergam só quem tem um título de terra!? os pescadores ribeirinhos que não têm documento, que vive só das águas como é que vai ter título de terra? Eles não enxergavam nem os assentamentos de reforma agrária que tinha nessa região que estava regularizado pelo o INCRA. Imagina nós que não tinha nada.



Figura 7: Pescador do Cãnion São Francisco (Arquivo CPP).

Afonso, pescador

O Conselho Consultivo do MONA, apesar de incluir todas as representações das chamadas categorias de usuários, como o setor do turismo, assentados, agricultores, comunidades tradicionais, pesca, Universidades, movimentos e pastorais, não reconheceu os/as pescadores/as artesanais como comunidades tradicionais, colocando-os apenas como uma categoria de usuário.

Este equívoco, precisa ser sanado e, além disso, os Pescadores e as Pes-

cadoras artesanais como tradicionais que vivem diariamente no rio, devem ser alvos de ações voltadas a processos de formação e capacitação pelo Estado. Devem ser incluídas e incluídos também em processos de gestão socioambiental e terem garantida a sua atividade de forma plena e planejada. Nesse sentido, a regularização do território pesqueiro é um dos mecanismos de gestão capaz de garantir proteção a atividade pesqueira artesanal.



Figura 8: Barco do Ecoturismo dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Cãnion (Arquivo CPP).

Quando as populações resistem e permanecem em seus territórios, suas necessidades de usos naturais inerentes ao seu modo de vida e sua sobrevivência, raramente são reconhecidas e garantidas pelo Estado. O Conselho consultivo do MONA precisa evidenciar para os outros a existência e resistência desses grupos como parte integrante da beleza dos Cãnions do rio São Francisco, que como tal precisam ser preservados.



Figuras 9 a 12: Rancho de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Olho D'Água do Casado/AL (Arquivo CPP).

3. A Importância dos Registros Gráficos do Cãnion do São Francisco¹

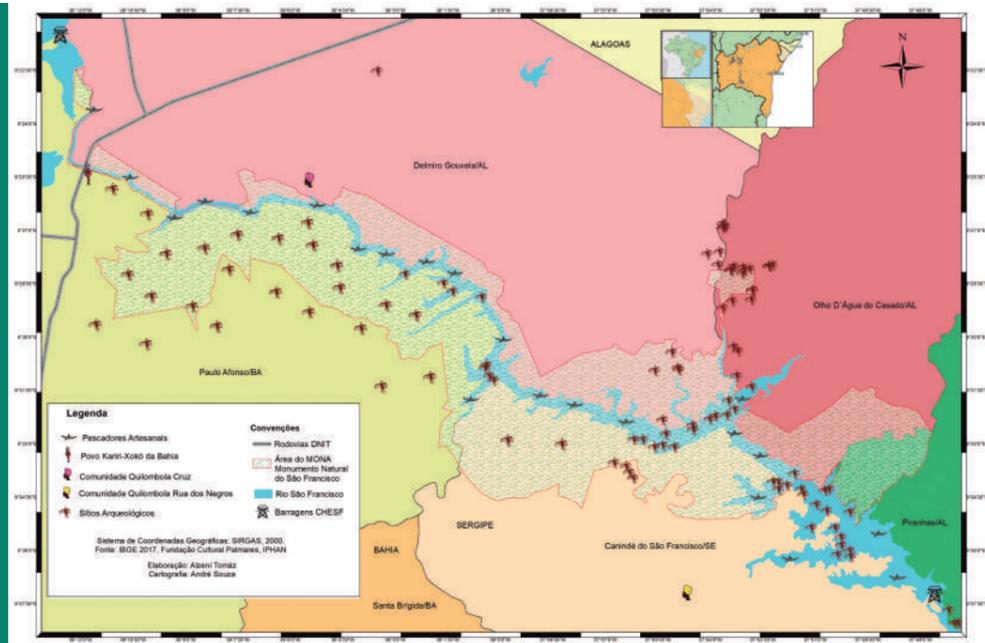


Figura 13: Mapa Socioambiental do Cãnion São Francisco com a presença de pescadores, indígenas, quilombolas (PNCS, 2020).

O que sabemos sobre a ocupação da América? A resposta a esta questão pode induzir que sabemos bem ter sido a ocupação do continente americano acontecido pelo Estreito de Bering. Entretanto, trata-se de uma tese controversa, haja vista as novas hipóteses, comprovadas, da ocupação pelo

¹ Nota escrita por Juracy Marques.

Pacífico. Mais intrigantes ainda são as teses sustentadas pela arqueóloga brasileira, Niède Guidon, sobre as datações mais antigas que Bering, estarem na Serra da Capivara, no Piauí, e, pode ser, que uma das rotas de entrada de grupos humanos na América tenha sido a foz do rio São Francisco.

Não fosse as monstruosas destruições causadas pelas grandes barragens à memória pré-colonial do Opará, poderíamos saber mais sobre essas valiosas hipóteses. Fato é, que, nesse cenário de desertificação pelas águas, o que restou desta memória, ainda é lido como um valioso tesouro. Destacariamos as escavações conduzidas pela Dra. Cleonice Vergne na região de Xingó, responsável pela organização de uma das maiores coleções de esqueletos indígenas do mundo, com datações estimadas em mais de 9 (nove) mil anos atrás.

É a esta memória que nos referíamos ao tratarmos das pinturas e gravuras rupestres do Cãnion do São Francisco que, como é a regra, estão prestes a serem destruídas, também. Grande parte desta memória pré-histórica localiza-se no platô do cãnion do Velho Chico. Pudemos identificar quase duas centenas de belos sítios.

De sorte, a vocação econômica dessa região é a destruição dos matacões de pedras, para nós, o grande livro dos grupos humanos pré-históricos, onde estão parte das pinturas e gravuras rupestres, para confecção de paralelepípedos e outras demandas da construção civil. Esta realidade fez com que pressões ocorressem junto ao ICMBio para considerar esses sítios arqueoló-



Figuras 14 a 16: Pedras pilão e pinturas rupestres em Olho D'água do Casado/AL, datadas de mais de 9 mil anos (Arquivo CPP).

gicos dentro da poligonal do MONA como forma de proteção. Ocorre que parte dessas áreas se quer ficaram na área de amortecimento, e o que pode se ver foi o Decreto de criação do MONA considerar as pequenas mineadoras como permitidas. Um ato de total discrepância.

Como é parte de um processo que se arrasta no Ministério Público há quase duas décadas em face a quebra de pedras, essa questão integra a lógica de exploração de famílias pobres com o aval de parte da rede política paulofonsina que sempre lucrou com toda essa destruição. Em trabalho similar à escravidão, dezenas de famílias dessa região, vivem da atividade da quebra de pedras. As ruas de Paulo Afonso e adjacências foram calçadas com estilhaços desse valioso sistema de comunicação dos grupos indígenas do São Francisco de tempos anteriores há nove mil anos.

As principais páginas desse livro de pedras estão distribuídas nas localidades de Rio do Sal, Lagoa das Pedras, Mão Direita e Malhada Grande, em Paulo Afonso, embora, encontremos importantes sítios nas outras cidades integrantes da região do Cãnion do São Francisco, do lado de Alagoas e Sergipe.

Além do nosso trabalho de pesquisa, catalogando e descrevendo este

patrimônio arqueológico, ensaiamos implantar um Museu a Céu Aberto objetivando fomentar ações de educação patrimonial e ecoturismo, como uma possibilidade de renda às famílias envolvidas que também vivem da pesca artesanal e da pequena produção agrícola, nessa história da pré-história. Além de ameaçados de mortes, tivemos esse singelo projeto cravejado de balas com dizeres do tipo: “os próximos são vocês!”.

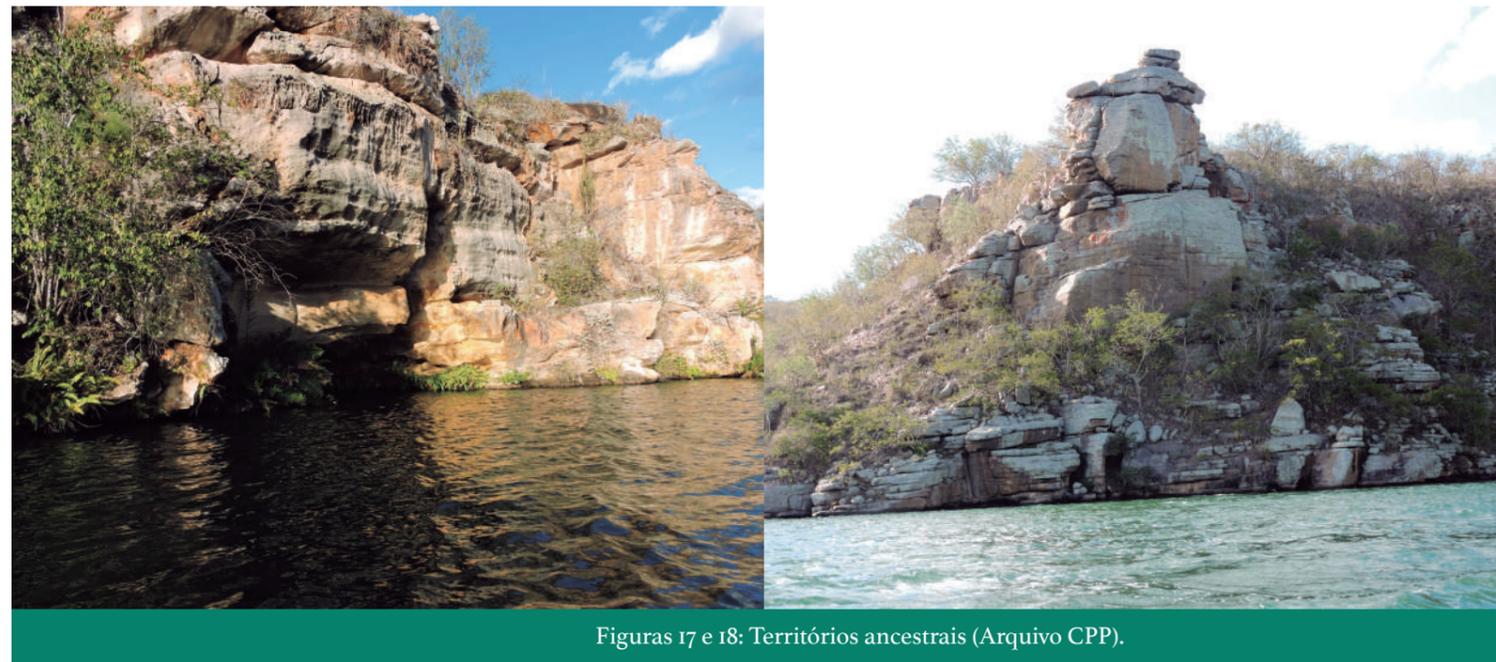
Em alguns cantos da cidade, pessoas e raríssimas instituições, nos cumprimentavam pelo feito. O que nos estranhava era a omissão uníssona frente aquela destruição à luz do dia, à céu aberto. Passado todo este tempo, constatamos que muito pouco foi feito e, breve, muito breve, teremos esse valioso patrimônio todo transformado em pó de brita!

Sabemos, Paulo Afonso é uma cidade rica, sede de uma poderosa empresa de produção de energia elétrica. Mas, dia após dia, o que observamos é um estranho teatro encenando que, tudo isso, pode ser, um dia, importante. Não, não é! Amargamos viver em uma sociedade onde a memória funciona como um fardo aos que tem memória. Hoje, navegando em outras águas, pensamos que o melhor é esquecer de lembrar, porque nossa lembrança anda esquecida.

Não mais como nossos ascendentes indígenas, eu e acredito que minha amiga Cleonice, cultivamos o hábito de escrever em outros cadernos, agora de papel. Honra-me ter estado com ela nessa luta. Não esqueço seu choro ao ver as pinturas rupestres em cacos, sob estilhaços de explosivos que, sabemos, estão sob responsabilidade do exército brasileiro a quem, pensa-se, compete nos proteger destas evitáveis tragédias.

Termino esta nota com a certeza de que, cadernos de pedras, ou de papel, são feitos para escrever. Entretanto, embora tenha pelos meus o maior carinho por carregar os desenhos da minha alma, é de uma beleza descomunal esses livros da pré-história, cujas páginas sopram com as brisas do São Francisco.

Hoje essa memória está cravada nas identidades étnicas presentes no Cãnion São Francisco, os Kariri-Xokó da Bahia no platô da ponte metálica de Paulo Afonso em retomada pela regularização fundiária de seus territórios. O Povoado Cruz, Quilombo reconhecido pela Fundação Cultura Palmares em Delmiro Gouveia/AL, além do Quilombo Rua dos Negros em Canindé do São Francisco que ficou na área de amortecimento do MONA. As inúmeras Comunidades de Pescadoras e Pescadores Artesanais espalhados em toda região possuem territorialidades tradicionais de uso comum do Rio. Os territórios indígenas, quilombolas ou pesqueiros não foram considerados em processos regularização fundiária, muito menos como protagonistas na proteção dos ecossistemas dessa região.



Figuras 17 e 18: Territórios ancestrais (Arquivo CPP).

4. Terra e Território: Assentamentos de Reforma Agrária e Território de Pesca

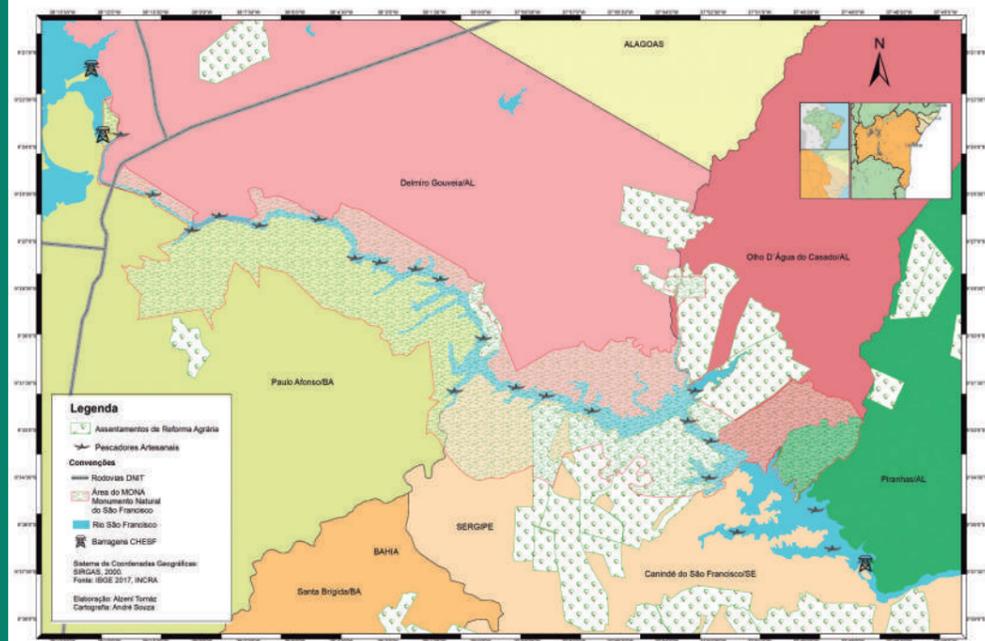


Figura 19: Poligonal em vermelho do MONA e os perímetros amarelos com a presença dos Assentamentos de Reforma Agrária. A área do MONA possui 26.736,30 hectares (PNCS, 2020).

Como se pode observar no mapa acima, uma quantidade importante de assentamentos de reforma agrária fora homologada nesta região, são camponeses que vivem da terra e da água como forma de subsistência. Essa forma de distribuição territorial

possui enorme importância organizativa para implantar políticas de gestão agrária, agrícola e ecológica. Não apenas pelo potencial organizativo do movimento social, mas, sobretudo, pela capacidade produtiva e formativa dos assentamentos.

Ocorre que nas terras de beira rio se localizam inúmeros assentamentos. No caso de Olho D'Água do Casado, temos o Nova Esperança I, II e III, além do Gastone Beltrão; e em Delmiro Gouveia o assentamento Maria Bonita. Esses assentamentos estão integral ou parcialmente inseridos em terras de beira rio, área de proteção ambiental constituídas pelo MONA. A atividade principal dos assentamentos está vinculada ao uso de bens naturais como a madeira para lenha, extração de frutos como o umbu, plantas medicinais como aroeira, ameixa, quixabeira para uso medicinal e produção forrageiro como a palma. Há um grande potencial para a pequena produção agrícola em tempos de inverno, como o milho, o feijão, abóbora etc., além dos criatórios de caprinos e ovinos.

É importante destacar que os vários rostos camponeses desses assentamentos são de famílias compostas por agricultores e agricultoras, homens, mulheres e jovens, negros; dentre esses, inúmeros pescadores e pescadoras artesanais, que encontraram no instrumento da reforma agrária a forma de garantir sua territorialidade.

A atividade pesqueira é também atividade camponesa. A extração do pescado pertence a uma identidade camponesa que precisa ser mais bem compreendida pelos movimentos sociais, pelos órgãos públicos e privados. Os assentados pescadores ainda são vítimas de preconceitos e incompreensões.

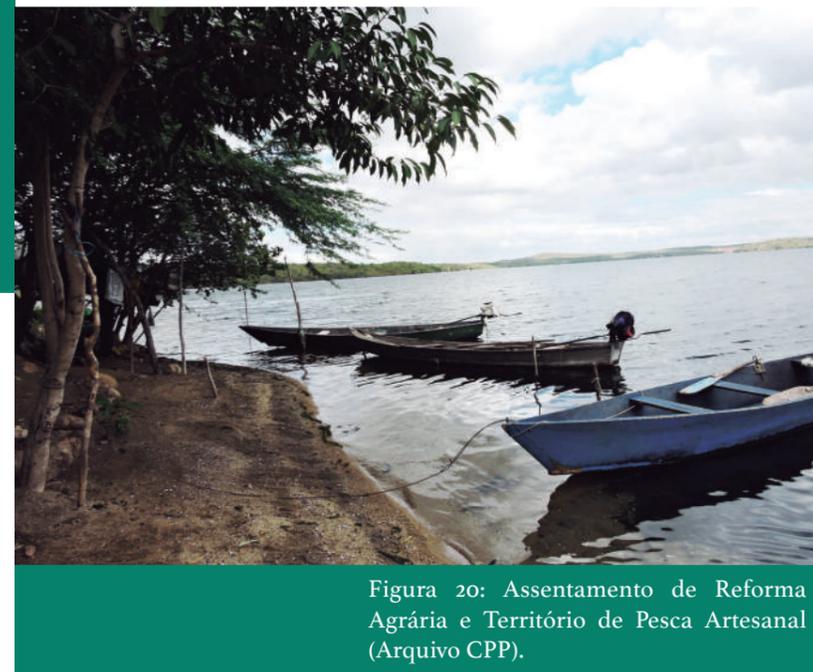


Figura 20: Assentamento de Reforma Agrária e Território de Pesca Artesanal (Arquivo CPP).

Eu também sou um assentado da reforma agrária, vivo da pesca, porque foi com a luta no MST que consegui um pedaço de terra nessa beirada de rio, nós aqui tínhamos dois propósitos, preservar a natureza, porque sem mata o rio sofre e ter acesso ao rio pra viver da pesca e de uma pequena produção. Mas, muitas vezes eu vi liderança mandar a gente escolher ou ser assentado ou ser pescador, como se as duas coisas não pudesse ser.

Adailton, pescador

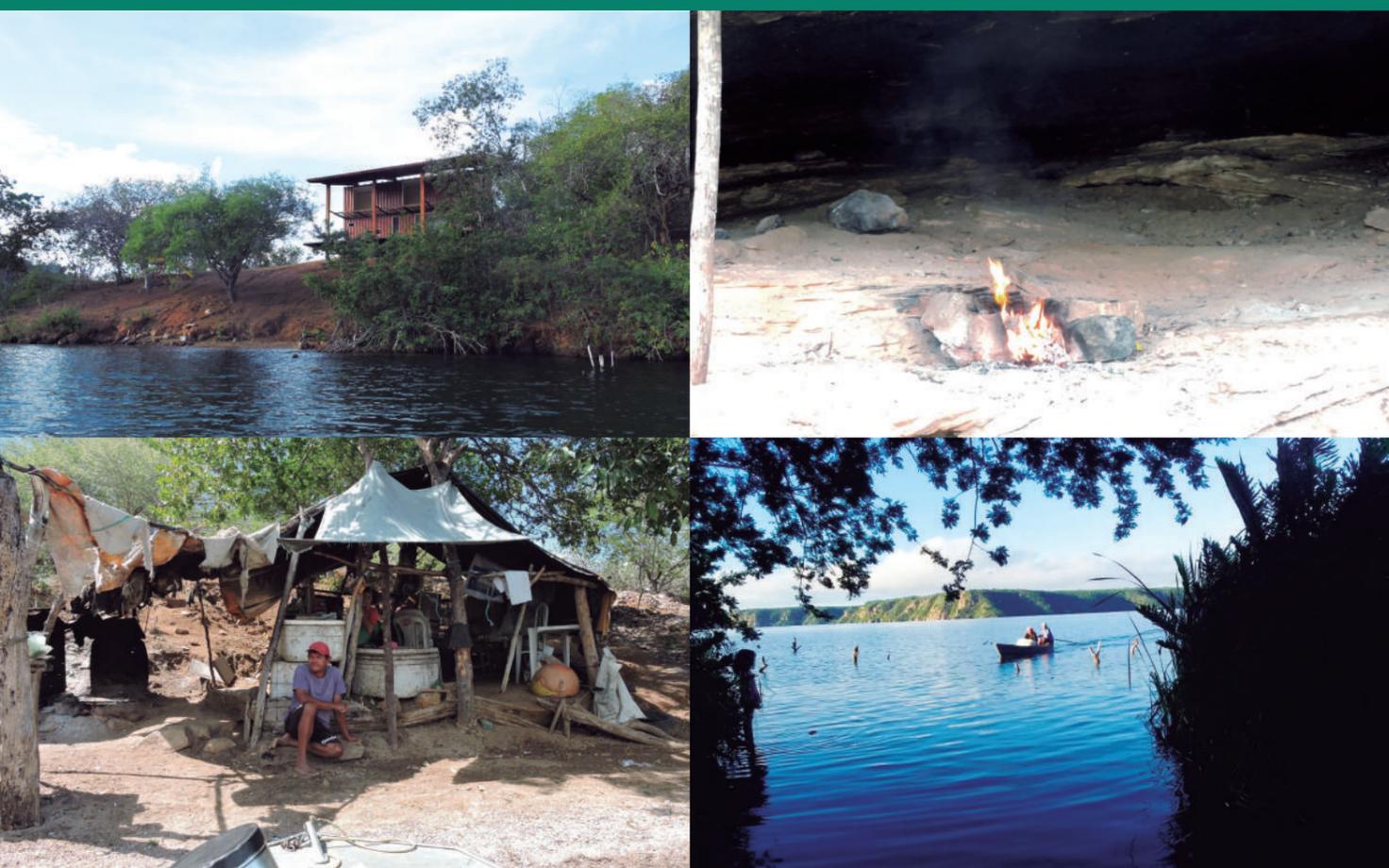


Figuras 21 e 22: Produção de milho e feijão no assentamento Nova Esperança; o pescador Adailton em sua atividade complementar da pequena produção (Arquivo CPP).

Sabe-se que as terras de beira rio estão sob domínios de pequenos e grandes posseiros, inseridos em terras públicas, tradicionalmente ocupadas pelos pescadores artesanais há muitos anos. Ocorre que os lugares de acesso ao rio vêm sendo fechados sistematicamente com

empreendimentos turísticos, assentamentos, proprietários, dificultando os usos coletivos por parte dos grupos de pescadores artesanais. Esses lugares são usados como pesqueiros ou despescas, ou ainda, para guardar os apetrechos de pesca ou moradias de famílias inteiras.

Figuras 23 a 26: Território Pesqueiro (Arquivo CPP).



5. Território Pesqueiro e suas (A)Diversidades²

O trabalho pesqueiro artesanal nos Cãnions do Rio São Francisco e os modos de vida dos pescadores e pescadoras, desenvolvem em seu entorno relações intrínsecas com o ambiente natural do rio São Francisco – também chamado “Opará” na língua tupí, o que significa “Rio Mar”.

Os ciclos lunares, as marés, os pontos cardeais, a climatologia, os tempos de reprodução e desova dos peixes e outros fatores ambientais do meio natural, possibilitam e ao mesmo tempo delimitam o trabalho pesqueiro artesanal. A partir da relação cotidiana dos pescadores com o meio natural, que é mediada pelo trabalho pesqueiro, as pescadoras e pescadores desenvolvem conhecimentos práticos e empíricos sobre os processos e os ciclos de reprodução biológicos que acontecem nas águas, assim como sobre o entorno mais amplo onde desenvolvem o trabalho pesqueiro e que conforma os territórios pesqueiros.

Antes das barragens, as águas aqui eram de cachoeiras, eram baixas, e só tinha peixe de piracema. Aqui nós tínhamos muitas espécies, eu vi surubim grande de 80 kg ou mais, tubarana, piau cutia grande, eram muitas espécies.

José Adailton, pescador

Pescadores(as) artesanais ribeirinhos(as) e pescadores(as) marítimos(as), apesar de algumas diferenças nas suas atividades, têm em comum a relação com o espaço de trabalho caracterizada pelo contínuo terra-águas-céu e por diferentes formas e regimes de acesso, uso e propriedade comum dos territórios pesqueiros. A unidade terra-rio-céu, no caso da pesca artesanal ribeirinha e, a unidade terra-mar-céu, na pesca artesanal marítima estão associadas assim aos processos, ciclos e fenômenos naturais, que ocupam um papel central na reprodução do trabalho pesqueiro e na organização e uso comum dos territórios

² Texto construído por José Ignacio Vega Fernández.

pesqueiros (CUNHA, 2007, p. 128; DIEGUES, 2001, p. 97, 101; MALDONADO, 1994, p. 33; SILVA, S., 2017, p.194)³.

Com a construção da barragem e da Usina Hidrelétrica de Xingó, e com as subsequentes mudanças no regime de vazão do rio, uma vez que a Usina começou a funcionar, a pesca artesanal e os territórios pesqueiros da região foram diretamente afetados. Segundo Araújo *et al* (2016)⁴,

Antes da regularização do regime de vazão do rio, ano de 1994, as lagoas marginais eram inundadas, permitindo a cultura da pesca artesanal, assim como no canal principal. A alteração das vazões mínimas e máximas, modificou as características dos fluxos efluentes a jusante da barragem. Isto implicou que muitas espécies não se adaptaram às novas condições ambientais, permitindo o seu desaparecimento.

No caso do Cãnion São Francisco a memória dos pescadores(as) é muito significativa:

“Sou pescador desde menino, comecei com 14 anos de idade. A gente pescava no Rio Baixo antes da represa. Minha vida quando comecei a pescar minha memória era de peixe grande, eu morava longe, era sofrido, mas, tinha mais fartura. Eu vi surubim grande de 80 kg ou mais, tubarana, piau, cutia grande, eram muitas espécies. Quando a represa enche tudo isso desapareceu e virou águas profundas, porque aqui é cãnions, são mais de 200 metros de profundidade, na beirada é quase 80 metros de profundidade. Com a barragem, os peixes tiveram que se adaptar em águas profundas, pra nós pescadores ficou mais difícil. As espécies de piracema sumiram. Depois da barragem as espécies exóticas prevaleceram. O caborje é uma dessas espécies que estamos com um projeto para o beneficiamento dele, pra agregar valor, porque ele não tem valor comercial nenhum. Visando o futuro, ele pode ser nossa salvação, antes da barragem encher ele já existia, mas, ele conseguiu se adaptar e reproduzir com for-

³ CUNHA, L. H. *Ordens e desordens socioambientais*. Saberes Tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2007. | DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Napaub-USP, 2001. p. 79-96. | MALDONADO, S. C. *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994. | SILVA, S. M. *Território pesqueiro de uso comum: Conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife: 2017.

⁴ ARAÚJO, Sérgio Silva de; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira; SALES, João Marcos Jesus. *O peixe, o pescador e a barragem de Xingó no baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas no Brasil*. RevIPI 2, 011701, 2016.

ça, daí porque tem muita, por isso a necessidade de fazer algo com ele.”

José Adailton
Pescador Artesanal

O desaparecimento das corredeiras do Cãnion, transformou este numa “grande banheira de água” (pescador Adailton), isto significou uma mudança drástica na biota do rio, pois a reprodução das espécies que não se adaptaram às águas mais profundas e a ausência das corredeiras foi dificultada ou diretamente impossibilitada. O resultado foi uma diminuição do número de espécies (perda de biodiversidade) e de exemplares de cada espécie, que se traduziu também numa queda na produção pesqueira artesanal da região.

A partir dessas mudanças nas águas e da criação da Unidade de Conservação do Monumento Natural do Rio São Francisco, nos cãnions, foram instalando-se empresas voltadas produção aquícola intensiva, concretamente a criação de tilápias em tanques-rede. Além disso, empresas de turismo que ofertam passeios turísticos nos cãnions. Estas atividades privadas têm gerado conflitos com a pesca artesanal, pois têm dificultado o acesso a pontos de pesca e a utilização das águas, vulnerabilizando os territórios pesqueiros.



Figuras 27 a 29: Território Pesqueiro (Arquivo CPP).

Os conflitos são muitos. O pescador é muito discriminado, empresários e agricultores da região não compreende a atividade pesqueira, as vezes acha que são donos das beiras rios e nós pescadores sempre somos excluídos. Os empresários não perdem oportunidade de persuadir pra o pescador sair de sua atividade originária. Nossa luta tem que ser forte, se for deixar os governantes e capitalistas a vontade, eles vão acabar com nosso rio e corre o risco do pescador ficar sem rio e sem nada. Muitos empresários do turismo e das pisciculturas, fizeram ofertas pra gente migrar da pesca e ser empregados deles, mas, nós aprendemos a ser empregado de nós mesmo.

José Adailton, pescador artesanal

Majoritariamente, a pesca artesanal nos cânions organiza-se sobre o regime de economia familiar. Nas pescarias são utilizadas pequenas embarcações como canoas a remo, ou motor de rabeta. Os apetrechos são principalmente pequenas redes, linhaadas, covos e tarrafas e estes são guardados em cabanas, ranchos ou barracos. Estes são construídos com madeira, garrafas pet, lona, restos de tijolos e telhas brasilit, etc. localizados em diferentes pontos de pesca ao longo dos cânions.

Ao concentrar-se a biota das águas dos cânions em ecossistemas aquáticos mais profundos, os pescadores/ artesanais passaram a desenvolver suas atividades em beiradas, perto dos grandes paredões de pedras, que podem chegar de 50 à 190 metros de profundidade, sendo as principais espécies de peixes capturadas a tilápia e o tucunaré.

A renda da pesca é bastante incerta e a diminuição dos estoques pesqueiros a impactou negativamente, sendo frequentemente complementada com atividades agrícolas, diversos bicos, pequenos comércios, construção civil, etc. As pescadoras e pescadores artesanais da região, vivem nas cidades (Paulo Afonso, Delmiro Gouveia, Olho D'água do Casado, Piranhas) e povoados (Cruz, Lagoinha, Talhado, Salgado, São Sebastião, Olho D'Águinha) próximos aos cânions, frequentemente em condições de moradia precárias e sem saneamento básico.

Figura 30: Mulheres na Pesca Artesanal (Arquivo CPP).



6. As Mulheres Pescadoras Artesanais⁵

Nos rios, nos mares, nos estuários, lagos e manguezais, a pesca artesanal é praticada de diversas formas, por mulheres e homens. Sendo uma economia de regime familiar, muitas vezes há uma forte divisão sexual do trabalho, onde as mulheres realizam o suporte logístico e organizacional, a confecção e o conserto de equipamentos, assim como o beneficiamento do pescado; e os homens realizam a captura do pescado e também o conserto e a construção de apetrechos. Geralmente, fica sob responsabilidade das mulheres o trabalho possível de ser realizado no âmbito doméstico e, para os homens, o trabalho que se realiza fora de casa, nas águas. Isso acontece porque há uma construção social histórica de gênero (SAFFIOTI, 2011)⁶, que atribui papéis e responsabilidades diferenciadas para homens e mulheres com base no sexo.

⁵ Texto construído por Suana Medeiros Silva.

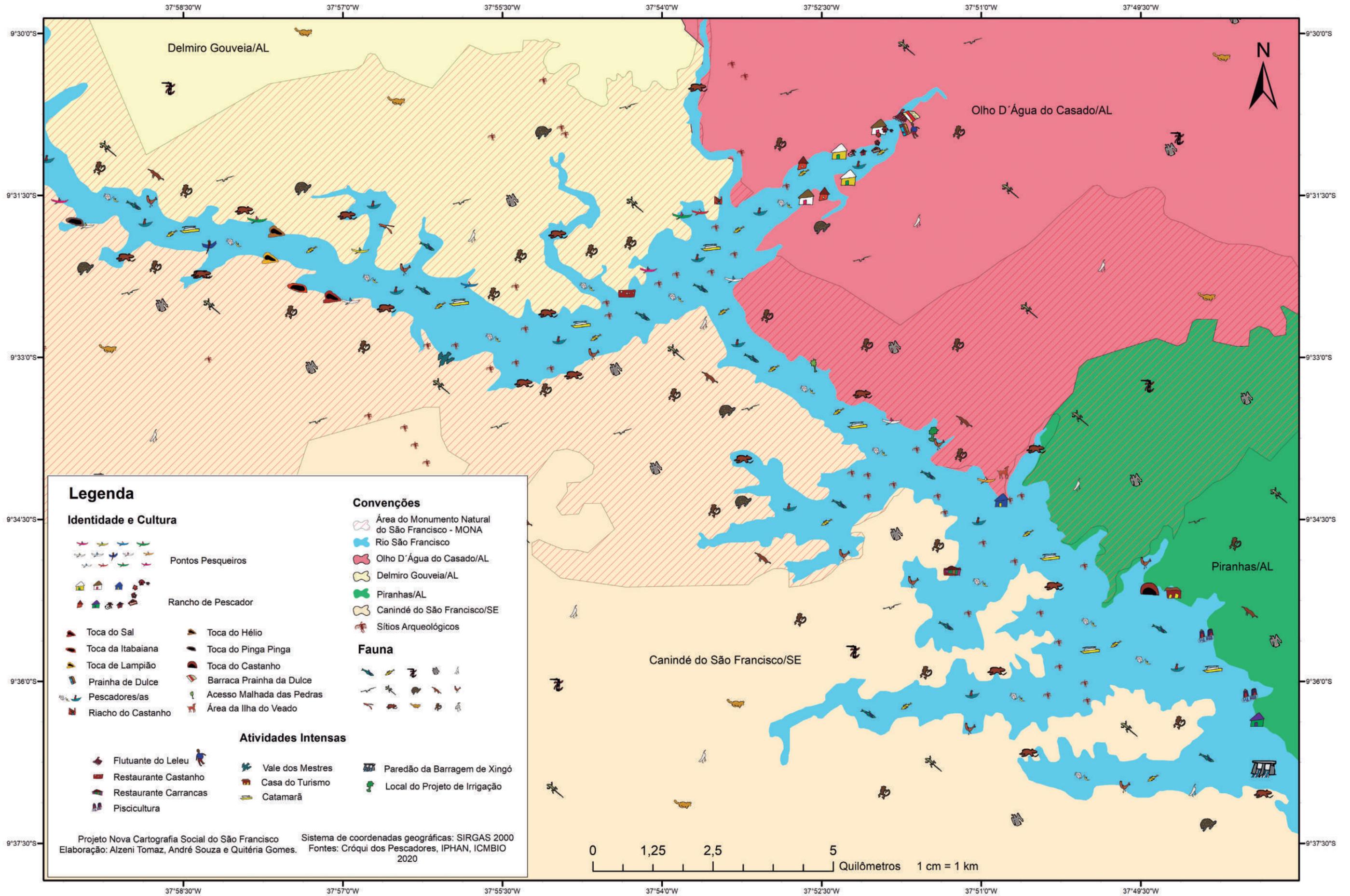
⁶ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. (coleção Brasil Urgente).

Ele pescava e eu ajudava a tratar e a vender. Ele pegava o tucunaré, a cruvina, curimatá, piau cutia, criamos dois filhos através da pescaria, eu colocava os peixes na carroça e saia vendendo nas ruas e nas feiras livres. No tempo passado era mais fácil, tinha mais fartura, hoje, tudo está mais difícil porque agora o peixe está escasso, o que pega agora só dar pra comer, não dar pra ajeitar as coisinhas de casa.

Luciana da Silva

Essa diferenciação por sexo/gênero, perpassa vários aspectos e âmbitos da vida, demarcando o que se espera das mulheres e dos homens no que diz respeito a comportamento, responsabilidades, cuidados, espaços ocupados e trabalho. Assim, tal diferenciação também recai sobre a pesca artesanal,

TERRITÓRIO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DE OLHO D'ÁGUA DO CASADO/AL



Legenda

Identidade e Cultura

- Pontos Pesqueiros
- Rancho de Pescador
- Toca do Sal
- Toca do Hélio
- Toca da Itabaiana
- Toca do Pinga Pinga
- Toca de Lampião
- Toca do Castanho
- Prainha de Dulce
- Barraca Prainha da Dulce
- Pescadores/as
- Acesso Malhada das Pedras
- Riacho do Castanho
- Área da Ilha do Veado

Atividades Intensas

- Flutuante do Leleu
- Restaurante Castanho
- Restaurante Carrancas
- Piscicultura
- Vale dos Mestres
- Casa do Turismo
- Catamarã
- Paredão da Barragem de Xingó
- Local do Projeto de Irrigação

Convenções

- Área do Monumento Natural do São Francisco - MONA
- Rio São Francisco
- Olho D'Água do Casado/AL
- Delmiro Gouveia/AL
- Piranhas/AL
- Canindé do São Francisco/SE
- Sítios Arqueológicos

Fauna

-

Projeto Nova Cartografia Social do São Francisco Sistema de coordenadas geográficas: SIRGAS 2000
 Elaboração: Alzeni Tomaz, André Souza e Quitéria Gomes. Fontes: Crôqui dos Pescadores, IPHAN, ICMBIO 2020

0 1,25 2,5 5 Quilômetros 1 cm = 1 km



Figura 31: Pescador e Pescadora do Cãnion São Francisco: Dona Socorro e Ademir (Adailton Santos, 2020).

reproduzindo na atividade muitas divisões que têm mais a ver com a construção histórica desses papéis, do que com a falta de capacidade de mulheres ou homens de exercerem o trabalho que não lhe é atribuído historicamente. Ou seja, o fato da mulher pescadora muitas vezes se responsabilizar pela parte do trabalho da pesca que se realiza em casa (organização, logística, beneficiamento do pescado, consertos) é porque isso lhe permite realizar ao mesmo tempo o trabalho doméstico que historicamente é delegado exclusivamente a ela e não ao homem – como cozinhar, cuidar das filhas, dos filhos, arrumar a casa, etc.

Dessa forma, é importante ressaltar duas questões:

- 1) O trabalho da pesca artesanal realizado pela mulher no âmbito doméstico é tão essencial quanto o trabalho realizado pelo homem fora do âmbito doméstico;
- 2) As mulheres têm capacidades semelhantes às dos homens de realizar o trabalho da pesca fora de casa. Quando não o realizam, é pelos motivos já mencionados.

Com relação às duas questões colocadas acima, é bom pontuar o caso das mulheres marisqueiras, que realizam o trabalho fora de casa, mas o fato de não pescarem no mar de fora lhes possibilita cuidar das filhas, dos filhos e da casa ao mesmo tempo em que catam e beneficiam os mariscos.

É importante ressaltar nesse contexto, que a jornada de trabalho das pescadoras e das marisqueiras é maior, se comparada a jornada de trabalho dos homens pescadores. Pode-se falar de uma jornada de trabalho tripla, uma vez que, como já mencionamos, além da pesca, as mulheres também beneficiam o produto e realizam o trabalho doméstico, que inclui fazer comida, lavar roupa,

arrumar a casa, além dos cuidados com entes da família e responsabilidade com os filhos e filhas. Diferentemente, os homens pescadores na maioria dos casos, não se responsabilizam pelo trabalho doméstico, nem pelos cuidados com filhas e filhos, ficando principalmente responsáveis pela captura e venda do pescado; e muitas vezes também pelo conserto e construção de apetrechos.



Figuras 32 a 37: Pescadoras Artesanais. (Arquivo Colônia Z 44)

Além da sobrecarga de trabalho na rotina das mulheres pescadoras, o trabalho executado por elas muitas vezes é enxergado somente como uma ajuda e não como um trabalho. Isso está presente na forma como são categorizadas no âmbito familiar e também no âmbito legal/jurídico. Ao longo da história, tem sido constante a luta das mulheres pescadoras para que o Estado as reconheça como trabalhadoras de fato e que com isso, elas possam aceder aos benefícios trabalhistas e previdenciários inerentes a atividade da pesca ar-

tesanal. Um exemplo disso é o fato das Colônias de pescadores, criadas pela Marinha de Guerra do Brasil em 1919, vetarem a participação das mulheres até finais da década de 1970. Somente a partir de abril de 1978 por meio do Decreto-Lei 81.653, iniciou-se o reconhecimento profissional das mulheres pescadoras solteiras. E em 1988, na Constituição Federal, passaram a ter direito ao Registro Geral da Pesca e assim, aos direitos trabalhistas (aposentadoria, seguro defeso, licença maternidade e auxílio-doença).



Figuras 38 e 39: Marisqueira da Comunidade Mosqueiro – Aracajú / SE (Gil, 2020).

Atualmente, há várias mulheres na presidência e na secretaria das Colônias por todo o país. Além disso, representam parte muito importante e forte da luta das comunidades de pesca artesanal por seus direitos e territórios, sendo prota-

gonistas em diversos espaços políticos. Além das ações em suas localidades, a maioria também compõe a *Articulação Nacional das Pescadoras*, formada em Brasília no ano de 2004 por mulheres que são lideranças políticas na pesca.

Como uma das conquistas das lutas das pescadoras, a *Lei da Pesca* – Lei 11.959 de 29 de junho de 2009, no Art. 4 do Cap. III e seu parágrafo único, inclui na condição de atividade pesqueira a comercialização e o processamento. Isso significa que as mulheres que trabalham na pesca junto aos seus companheiros pescadores executando o trabalho de beneficiamento, conserto dos apetrechos de pesca e muitas vezes da comercialização do pescado, têm garantidos os seus direitos trabalhistas, como sendo integrante dessa cadeia produtiva. Assim, a partir dessa Lei, não somente as pescadoras e as marisqueiras que trabalham diretamente na captura cotidiana, mas também as mulheres que são parte da cadeia produtiva por meio do *regime de economia familiar*, têm seus direitos trabalhistas garantidos.

Contudo, em 2015 foi publicado o Decreto n. 8.425, de 1º de abril que regulamenta os artigos 24 e 25 da Lei da Pesca e que, para Natália Azevedo (2015), representa um grande retrocesso, sobretudo pela “categorização de trabalhador de apoio à pesca artesanal” (AZEVEDO, 2015:2, grifo nosso). Tal categoria diz respeito à pessoa física que de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e reparos de artes e petrechos de pesca,

de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal. Segundo Azevedo (2015:2), “esse dispositivo atinge de forma mais direta as mulheres pescadoras, que em geral se ocupam das atividades entendidas como de apoio”. A autora acusa essa categorização também “de não reconhecer o caráter de economia familiar da atividade pesqueira, sobretudo a forma própria das comunidades pesqueiras de se organizar social e culturalmente” (AZEVEDO, 2015:2).

O trabalho na pesca, as duplas ou triplas jornadas de trabalho, a desvalorização dele e as lutas pelo reconhecimento, pelos direitos e pelos territórios pesqueiros, diz respeito a todas as mulheres pescadoras e marisqueiras do Brasil e, portanto, diz respeito as pescadoras dos Cãnions do São Francisco. Estas pescadoras, além de tudo que já foi colocado, enfrentam outros conflitos locais, relacionados à Usina Hidrelétrica de Xingó, ao turismo na região e a expansão da aquicultura industrial. Estes conflitos são responsáveis pela privatização de espaços de uso comum (como as águas e as terras de beira rio), que nega o acesso às áreas de pesca, causando grande impacto na produção pesqueira dessas mulheres e na reprodução da vida delas e de suas famílias.

7 AZEVEDO, N. T. *O ajuste fiscal e a pesca artesanal*. Le Monde Diplomatique Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1983>>. Acesso em março, 2016.

7. Territórios de Ocupação Tradicional: Conflitos Socioambientais e Humanos na Pesca Artesanal



Figuras 40 e 41: Território Pesqueiro de Ocupação Tradicional (Arquivo CPP)

A concepção do MONA e atividades de impactos

O MONA, ao ser criado como passivo ambiental da Chesf, traz em seu cerne uma série de violações de direitos, um deles é o de considerar que o território almejado esteja vazio, como se a ocupa-

ção tradicional não existisse. A ideia de exploração da beleza cênica e de extrema raridade não considera gente dentre dele. Essa concepção, credenciada pela Chesf, possui uma carga de preconceitos e intolerâncias em torno das pessoas e dos grandes interesses econômicos que não incluem a maioria da população.

Embora o potencial gigantesco das águas balneares seja um ambiente propício para a atividade turística, ela pouco é pensada para incluir as pequenas atividades como a pesca artesanal ou a pequena produção agrícola. O fato é que as comunidades tradicionais historicamente inseridas nesta

região, foram pouco menos consideradas e quase nada observadas como patrimônio a ser cuidado, são grupos considerados “feios, que ferem a paisagem”. Foi assim que um empresário de turismo se referiu a presença de pescadores artesanais numa audiência pública de criação do MONA.

Quando estavam discutindo a criação do Parque nesta região, diziam que aqui não tinha ninguém e só tinha três proprietário de terra, nem enxergavam as comunidades, nem enxergavam os assentamentos, nem enxergavam o quilombo, muito menos os pescadores artesanais.

Afonso Pescador, Delmiro Gouveia



Figuras 42 e 43: Entendendo o Território - Oficina de Cartografia (Arquivo PNCS).

Essa carga de discriminação fez com o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP realizassem inúmeras reuniões com o ICMBio e o Ministério Público Federal para discutir a identidade dos pescadores artesanais que possuem

em sua característica a tradicionalidade, portanto, são grupos considerados pelo Decreto 6040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Psicultura e Agronegócio

Não suficiente ainda os impactos sofridos nos Cãnions, o Conselho Consultivo do MONA ainda é pautado para discutir o agronegócio (como se fosse uma concepção aceitável para a categoria do MONA). Em reunião ordinária ocorrida em 05/06/2018, se discutiu a expansão da psicultura (tilapicultura) intensiva em tanque rede na região, onde foi demonstrado o equivocado objetivo de integrar turismo e psicultura como incremento de desenvolvimento local.

Ocorre que a Categoria do MONA não comporta atividades intensivas e extensivas, sobretudo, em se tratando da criação de tilápia em tanque rede, atividade considerada ofensiva a biota do rio entre outros impactos de natureza ambiental. A piscicultura necessita de licenciamento, e no caso do MONA, ainda sem um Plano de Manejo instaurado, não seria possível conceber essa atividade de forma intensiva, sobretudo, porque esta atividade aquícola não possui controle sobre os efluentes de ração e da qualidade da água.



Figuras 44 e 45: Atividade de Psicultura intensiva na Região do Cãnion (Arquivo CPP).

As Usinas Hidrelétricas

Os pescadores vêm sendo ameaçados historicamente por causa de interesses diversos. Como se não bastasse o impacto da construção das usinas hidrelétricas que transformaram a paisa-

gem e o curso das águas completamente – de águas corredeiras/cachoeiras para águas represadas. A modalidade da pesca teve que ser refeita, os peixes em suas múltiplas espécies nativas desapareceram ou tiveram que se adaptar a águas profundas.

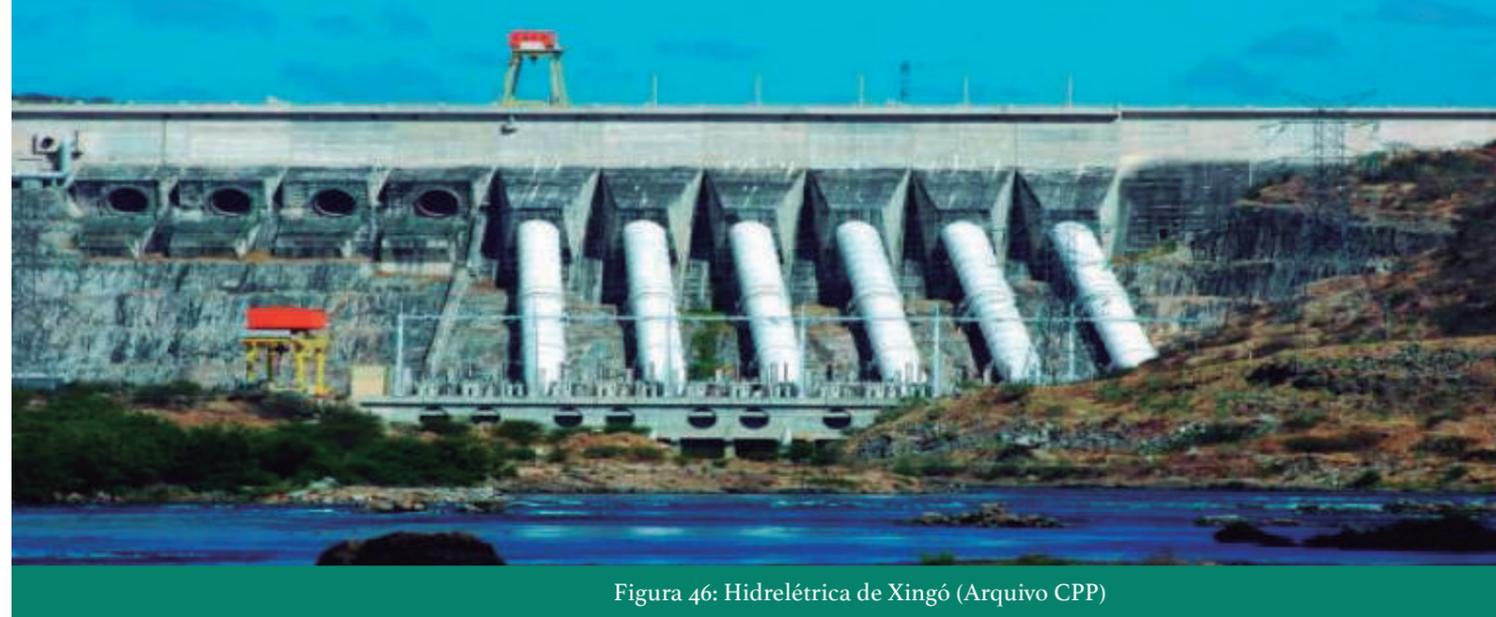


Figura 46: Hidrelétrica de Xingó (Arquivo CPP)

A Poluição

As águas do Cãnion são de múltiplos usos, de tempos em tempos com a atividade de descargas dos lagos de Paulo Afonso, a região do Cãnion sofre com a chamada mancha escura. Em 2005 e 2015, a última efluência (descargas com altas proliferações de microalgas) provocou uma mancha escura de mais de 30 km ao longo da superfície do Cãnion. As consequências foram drásticas, além de afetar a biota do rio, causou grande colapso no sistema coletivo da adutora do Sertão que capta água do Cãnion, que desabasteceu mais de 100 mil habitantes – das cidades Delmiro Gouveia, Pariconha, Olho D'Água do Casado, Mata Grande, Água Branca, Canapi e Inhapi. Com isso, o Ministério Público Federal responsabilizou em 2018 a CHESF com Ação Civil Público – ACP: 0800013-07.2018.4.05.8003T; os procuradores da República Dr. Manoel Antônio Gonçalves e Dr. Bruno Jorge Lamenha Lins ajuizaram a ação.

Porém, os níveis de poluição com efluentes de natureza das microalgas, somados aos esgotamentos sanitários e o lixo trazido pelos ventos, criam em algumas regiões como no Rio do Sal em Paulo Afonso, uma camada grande de gordura, lixões aquáticos e uma paisagem suja. Sendo os próprios pescadores com suas pequenas embarcações responsáveis por inúmeros mutirões de limpezas.



Figura 47: Mancha escura provocada por efluentes no Cãnion São Francisco (Arquivo G1, <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/04/impacto-da-mancha-negra-no-rio-sao-francisco-e-avaliado-por-tecnicos.html>2015).



Figuras 48 e 49: Seu Louro pescador juntando lixo no Cãnion São Francisco e lixões no Rio vindo de Paulo Afonso (Arquivos do CPP).

Nota sobre a sentença do Processo Nº 0804200-58.2018.4.05.8003 - Ação Civil Pública Impetrada pelo Ministério Público Federal, contra a Chesf, em Decorrência dos Impactos Causados pela Mancha Escura

Diante a análise realizada pelo Ministério Público Federal os impactos socioambientais advindos da Mancha Escura, causaram consequências na vida dos moradores da região afetada:

- 1) Queda na produção do pescado;
- 2) Queda na comercialização do pescado;
- 3) Desabastecimento de água;
- 4) Surgimento de doenças de pele;
- 5) Surgimento de infecções nos olhos e nos intestinos devido à contaminação da água;
- 6) Aumento de doenças infecciosas, indiretas ao problema do desabastecimento, como a dengue e a chikungunya;
- 7) Ausência das crianças, adolescentes e adultos em salas de aula devido ao desabastecimento.

Diante o exposto a sentença proferida pelo Juiz Denis Soares Franca, foi o de condenação da Chesf a pagar:

- a) 6 milhões de reais por cada evento ocorrido com a Mancha escura;
- b) 3 milhões de reais por Danos Materiais e;
- c) 3 milhões de reais por Danos Extrapatrimoniais coletivos.

Observação: A Chesf recorre a decisão.

Turismo Intensivo

A atividade turística desordenada e sem manejo adequado não possui sustentabilidade. Essa atividade transformou-se em grande parte, impactante para a pesca artesanal; o barulho dos motores, o movimento das águas, as encostas em territórios pesqueiros, restringiram os territórios pesqueiros e espantaram o pescado de seus lugares de reprodução nas paredes aquáticas. Os balneários, além de trazerem prejuízos ao ambiente como o barulho de motores e banhistas, o que atinge diretamente a biota do rio, são exemplos que precisam ser devidamente disciplinados, sobretudo, nos períodos de reprodução do pescado.

Para controle dessa atividade, se faz necessário um Plano de Manejo equitativo e qualitativo de regulação e ges-

tão para preservar os atributos criados pelo MONA. A atividade deve possuir princípios de inclusão social das comunidades locais, responsabilidade socio-cultural, consciência ambiental e viabilidade econômica. É nesse sentido que os pescadores artesanais vêm discutindo no Conselho do MONA, isto porque em inúmeros momentos os pescadores artesanais vêm sofrendo represálias, perseguições e ameaças.

No dia 23/11/2018 foi realizada uma audiência pública voltada para os pescadores artesanais, organizada pelo Ministério Público Federal e coordenada pelo Procurador da República Dr. Bruno Lamenha. Para surpresa dos pescadores, as organizações de turismo estiveram presentes em peso na audiência e se posicionaram negando as denúncias dos pescadores, sobre o descaso e as ameaças de morte.



Figuras 50 e 51: Turismo Intensivo no Cãnion São Francisco (Arquivo CPP).

Meu pai, Alexandre teve sua embarcação alvo de uma lancha, com a pretensão de derrubá-lo. Os pescadores são a parte mais frágil e que precisam de ajuda. Vários pescadores são impedidos de atracar suas embarcações em alguns locais. Além de seu pai, outros pescadores também foram atacados e abordados, mas que estes têm medo de se manifestar. Nós sentimos medo de sofrer intimidações sim.

Nicácio, pescador artesanal

Aconteceu comigo, eu estava pescando e fui abordado pra não pescar nem atracar o barco em determinada propriedade, esse proprietário armado, chegou abordando num barco, xingando de caçador, colocou arma em cima de nós e ameaçou. Então ninguém pode dizer que um velho como eu seja mentiroso. Eu já tô velho e doente e com essas coisas não posso mais ir pra o rio.

Seu Alexandre, pescador artesanal

Essa situação coloca em risco a subsistência de muitos pescadores e pescadoras artesanais que vivem do rio e tem sua identidade descaracterizada. São acusados de predadores, caçadores que desmatam e pescam de forma

predatória. No entanto, são as organizações dos Pescadores artesanais que vêm atuando no combate a pesca predatória, que denunciam os descasos, as privatizações de beira rio, os desmatamentos, a poluição, as ameaças. Para isso, vêm buscando formação contínua de manejo e gestão de seu território. E quando precisam utilizar do turismo para complementar seu sustento, esses são vítimas de preconceitos, discriminação e ameaças por comporem o cenário do Cânion.



Figuras 52 e 53: Audiência Pública dos Pescadores Artesanais do Cânion em Olho D'Água do Casado (Alzení, 2008).



8. Resistência e Existência de Pescadoras e Pescadores Artesanais

O Território Pesqueiro e a Identidade Tradicional

Ser pescador artesanal é ser tradicional. É possuir uma identidade, uma cultura, uma arte

Toinho Pescador

O território tradicional pesqueiro se caracteriza por ser o lugar onde a pesca artesanal é praticada, seja na água para a captura do pescado, ou em lugares de terra que abrigam famílias para a despesca, moradia e produção de outros alimentos. No Cânion do São Francisco as famílias pesqueiras vivem em comunidades, povoados, assentamentos, quilombos, ou espalhados nas cidades. Ser pescador para essa gente é possuir o compromisso com a pesca e o cuidado com o rio. São os Pescadores Artesanais os Guardiões das Águas do Cânion. O reconhecimento e a regularização fundiária desses territórios é um dever do Estado. O MONA precisa entender estes grupos tradicionais como força de cuidado e proteção aos ecossistemas.

Sem a garantia do acesso à terra e a água, que é nossa base da cultura e econômica das populações pesqueiras artesanais, nós continuaremos sofrendo de discriminação e cada vez mais empurrados para fora da pesca.

Adailton, pescador



Figura 54: Bandeira do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais.

O Beneficiamento do Pescado

A pesca artesanal é a principal fonte de renda de muitas comunidades. Representa mais do que uma atividade econômica, se revelando como um modo de vida, acesso à alimentação e à renda. São os pescadores artesanais, detentores dos seus próprios meios de produção, como embarcações e apetrechos de pesca e são os que abastecem com o peixe a mesa do consumidor local, propiciando os maiores valores proteicos.



Figuras 55 e 56: Oficina de beneficiamento do caborje (Arquivo CPP).

Mas, como já relatado, o pescado diminuiu em espécie, quantidade e tamanho, já foram extintas ou estão ameaçadas de extinção espécies como o pirá, mandi-brague, pirapitinga, lambari, pacamã, cascudo do mucutu, cambeva e barrigudinho no Baixo São Francisco, restando para os pescadores as espécies pouco valoradas como as pirambeba, cruvina, tucunaré e caborje.

Estou indo para o rio, nesse período está muito ruim porque a água fica gelada ai não se pega nada, peguei somente três kg de peixe pra comer esses dias de anzol. Aqui usamos o anzol como apetrecho e, linhada ou malha entre 7 14. Quem se dar bem mesmo são os pescantes de arpão. Essa é uma pesca predatória que a gente não aprova.

Zé Vaqueiro

Pescador de Olho D'Água do Casado

O pescado relacionado ao caborje, considerado de pouco valor econômico, vêm sendo bastante promissor para os pescadores de Olho D'Água do Casado, que vêm se esforçando no aprendizado para agregar valor a este produto. Junto com o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, atividades como intercâmbios de beneficiamento e oficinas de processamento junto à

comunidade foram desenvolvidas. Os Pescadores estão montando com isso, a Casa de Beneficiamento do Pescado,

com equipamentos para a produção da carne de hambúrguer, churrasquinho entre outros derivados.

O que estamos querendo é isso né?! Fazer o beneficiamento e vender para o município para a merenda escolar. Estamos treinando pra isso.

Adailton, pescador

Esta iniciativa não só ajuda no complemento de renda das famílias pesqueiras, como agrega valor ao pescado no município, o que pode levar esse

pescado a ser incluído futuramente no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e/ou no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.



Figuras 57 a 60: Intercâmbio dos pescadores na APPR em Remanso / Bahia sobre beneficiamento do caborje (Quitéria Gomes, 2018).

Ordenamento Pesqueiro e Monitoramento da Pesca e do Pescado

Mapear os territórios pesqueiros é antes de tudo, uma forma de identificar os lugares de manejo da pesca, atentar para os cuidados e para a preservação da natureza. Esses são os três pilares do ordenamento pesqueiro. Para isto, o manejo da pesca e a proteção aos ecossistemas da água e da terra fazem parte do contexto de formação dos pescadores artesanais.

O ordenamento pesqueiro possui regras instituídas não somente pelas legislações, mas, principalmente em acordos com as próprias famílias pesqueiras. Isto acontece em reuniões

e fóruns específicos de pescadores e pescadoras. O período de defeso já é uma forma de controle e respeito ao período de reprodução, que deve igualmente ser observado pelo ICM-Bio no controle das grandes embarcações do turismo intensivo.

Os acordos de pesca e a fiscalização também são políticas apropriadas para o monitoramento e o controle em torno da pesca de arpão, principal forma de pesca predatória denunciada pelos pescadores. O automonitoramento também é uma das formas de observação das quantidades e das qualidades do pescado, de forma a fornecer dados para a organização pesqueira e para o município instituir políticas públicas para a pesca artesanal.



Figura 61: Pescadores Artesanais em atividade nas águas dos Cãnion São Francisco (Arquivo CPP).

O Ecoturismo de Base Comunitária



Figuras 62 a 64: Oficina de Ecoturismo de Base Comunitária (Arquivo CPP).

O turismo sustentável exige respeito, conhecimento, educação, cultura, gestão ambiental, desenvolvimento de pessoas (conhecer/aprender/ensinar/mostrar/construir conhecimento). Os pescadores artesanais, possuem em sua identidade pesqueira elementos tradicionais de conhecimentos que os princípios do ecoturismo exigem: boas atitudes comunitárias agregados aos valores do bem estar e do prazer turístico; o entendimento de que a paisagem é uma definição “cultural”, que possui um viver coletivo, histórias e valores.

O Barco Escola organizado e adquirido pelos pescadores, constitui não apenas um complemento de renda, mas uma oportunidade de realização de um ecoturismo comunitário inteligente e sustentável, que agrega valores ecológicos, ancestrais, educativos e culturais. Além disso, fomenta o pescado beneficiado e o artesanato, que envolve homens, mulheres e jovens da pesca artesanal que possuem potenciais identitários e que levam à experiência do turismo comunitário possibilidades inteligentes. Essa atividade atrai o que entendemos por “turista certo”, como os turistas científicos, os turistas escolares, os turistas místicos e religiosos, os turistas atraídos pelos valores paisagísticos e artísticos.



Figura 65: Barco da Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais - APESCA para passeios turísticos inteligentes (Arquivo CPP).

Ecoturismo de pescador, nos cânions do São Francisco

Dias: 12, 13 e 14 de julho de 2019

E tem forró do Cangaceiro na casa de Chico Mendes!

Programação:

Dia 12
 Manhã: Passeio de barco nos cânions
 Tarde: Trilha ecológica
 Noite: Luar com forró pé de serra e apresentações culturais

Dia 13
 Manhã: passeio de barco nos cânions
 Tarde: Festival do Cabogo
 Noite: Luar com forró pé de serra e duelo de poesia

Dia 14
 Manhã: Passeio de barco nos cânions
 Tarde: Trilha ecológica
 Noite: Luar com Forró pé de serra e apresentações culturais

Contatos:
 (82) 988105594 - OI (82) 982127098 VIVO
 Zap. (82) 987265710 (79) 99820-9707

Associação de pescadores e pescadoras artesanais do Olho D'água do Casado/AL

Figuras 66 a 68: Programação de passeios ecoturísticos e artesanatos de bordadeiras da Comunidade de Bom Sucesso à serem potencializados no Cãnion (Arquivo CPP).

Organização, Formação e Informação

O Barco Escola possui essa tratativa educativa, primeiro porque é usado no turismo comunitário inteligente e porque por outro lado, tem um papel de ser espaço de formação e informação da comunidade pesqueira. O acompanhamento do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP aos pescadores de Olho D’água do Casado/AL, se dá por meio de reuniões de planejamentos, onde os próprios pescadores apontam suas dificuldades, desafios e conflitos e, com isso, buscam soluções apropriadas, planejam estratégias de ações e desenvolvem os planos de trabalho em torno da organização social, do ecoturismo comunitário, da gestão da pesca

e monitoramentos, do fortalecimento institucional da Colônia e da Associação, buscando agregar valores diversos a sua atividade e à luta e resistências em torno da defesa do seu território pesqueiro. Para isto, desenvolvem parcerias, oficinas, intercâmbios, articulações, entre outras atividades de mobilização social.

Os pescadores artesanais do Cãnion São Francisco estão organizados em torno da Colônia dos Pescadores de Delmiro Gouveia Z26 (AL), Colônia de Pescadores de Piranhas Z30 (AL), Colônia de Pescadores de Canindé do São Francisco Z15 (SE) e mais recentemente a Colônia de Pescadores de Olho D’Água do Casado Z44 (AL). Paulo Afonso, não possui Colônia, nem associação.



Figuras 69 e 70: Oficina de Formação no Barco Escola dos Pescadores Artesanais (Arquivo CPP)



Figura 71: Colônia de Pescadores Artesanais Z44, em Olho D'Água do Casado/AL (Arquivo CPP).

Destaca-se que os Pescadores Artesanais de Olho D'Água do Casado participam de espaços de Formação e Articulação do Baixo São Francisco em torno do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP, estimulados e incentivados pelo CPP. Isso contribui para uma compressão universal da situação da pesca na região, no São Francisco, no Brasil e no mundo.



Figura 72: Articulação e formação dos Pescadores Artesanais no Baixo São Francisco, que envolve pescadores do Cãnion à Foz - Sergipe (Arquivo CPP).

Realização

Pescadores e Pescadoras Artesanais de Olho D'Água do Casado – Alagoas

Contatos

Colônia de Pescadores e Pescadoras de Olho D'Água do Casado Z 44

Presidente: Adailton (82) 98212-7098

Rua 13 de Maio, 20 | Centro - Olho D'Água do Casado/AL | CEP 57.470-000

Associação de Pescadores e Pescadoras de Olho D'Água do Casado – APESCA

Adailton (82) 98212-7098 | Nicácio (82) 98832-8178

Conselho Pastoral dos Pescadores

cpp.baixosf@gmail.com

Rua Francisco Xavier, 23 | Centro | Poço Redondo/SE | CEP 49.810-000

Núcleo de Pesquisa da Nova Cartografia Social do Brasil na Bacia do Rio São Francisco

alzenitomaz@gmail.com | juracymarquespshy@gmail.com

SABEH – Sociedade Brasileira de Ecologia Humana

editora.sabeh@gmail.com | www.sabeh.org.br

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL – PROJETO QUILOMBOS

1. Boletim Informativo das Comunidades Geraizeiras e de Fundo e Fecho de Pasto da Bacia do Rio Corrente

2. Boletim Informativo das Pescadoras e Pescadores Artesanais do Cãnion São Francisco



NOVA CARTOGRAFIA DOS
POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS DO BRASIL
PROJETO QUILOMBOS

PNCSA
Projeto Nova Cartografia
Social da Amazônia

MISEREOR
IHR HILFSWERK



FORD
FOUNDATION

UFB
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

FAPEX
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO



PPGEcoH
Programa de Pós-Graduação
em Ecologia Humana
e Gestão Socioambiental

SABEH
Sociedade Brasileira de Ecologia Humana